

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 17 de dezembro de 2019 às 08h42*  
*Seleção de Notícias*

## Correio Braziliense | BR

Pirataria

**Bebidas ilegais são 14,6%** ..... 3  
NEGÓCIOS

## Exame.com | BR

16 de dezembro de 2019 | Pirataria

**A cada cinco vodcas vendidas no Brasil, uma é falsificada, diz estudo** ..... 5  
ECONOMIA | AGÊNCIA O GLOBO

## Jornal da Ciência - SBPC - Online | BR

16 de dezembro de 2019 | Inovação

**6. Promulgada lei que garante recursos para pesquisa de remédios contra doenças raras** ..... 7

## Bebidas ilegais são 14,6%

NEGÓCIOS



Laboratório de falsificação de bebidas alcoólicas como uísque e vodka fechado pela Polícia Militar mineira em Contagem

Do total de 1,1 bilhão de litros de etílicos produzidos por ano no país, 160,6 milhões são manufacturados e comercializados sem controle e geram perdas de R\$ 10,2 bilhões em arrecadação de impostos

» AUGUSTO FERNANDES

O mercado ilegal de bebidas alcoólicas pode significar uma ameaça para a saúde dos brasileiros. Enquanto são produzidos, em média, 1,1 bilhão de litros por ano, a estimativa é de que pelo menos 160,6 milhões de litros (ou 14,6%) sejam ilegais e comercializados sem controle de qualidade. Uma em cada quatro garrafas de uísque e uma em cada cinco garrafas de vodka vendidas no país contêm substância ilícita. Além disso, as práticas clandestinas, que englobam casos de contrabando e **falsificação**, diminuem a capacidade de arrecadação do governo federal. Somente em 2017, último ano com dados disponíveis, abpi.empauta.com

poníveis, R\$ 10,2 bilhões em impostos deixaram de entrar nos cofres públicos.

Os números fazem parte de um estudo elaborado pelo Euromonitor International, a pedido de quatro empresas do setor, apresentado ontem pelo Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac). Segundo o levantamento, o valor movimentado de forma ilegal seria suficiente para pagar o salário de 83 mil enfermeiras e construir mais de 5,2 mil escolas e 360 hospitais. Do total de R\$ 10,2 bilhões, mais da metade (R\$ 5,5 bilhões) foi desviado devido a atos ilícitos envolvendo a produção e a venda de bebidas destiladas, como cachaça, uísque e vodka.

Para o diretor executivo da Ibrac, Carlos Silva, a alta carga tributária no setor é a principal justificativa para a ilegalidade. Encargos como IPI, ICMS e PIS/Cofins correspondem a aproximadamente, 50% a quase 90% dos preços das bebidas alcoólicas. Segundo ele, considerando impostos diretos e indiretos, apenas sobre a cachaça, 82% do preço final de venda de uma garrafa é composto de tributos.

"Destilados são altamente tributados. Qualquer imposto a mais só vai aumentar esse cenário de ilegalidade. Se houver, por outro lado, a revisão dos tributos, o setor continuará contribuindo com a arrecadação e geração de emprego e renda, e parte dos ilícitos pode ir para a legalidade", disse Silva. Ele acrescentou que o estudo pode "sensibilizar" o governo federal já que, atualmente, duas propostas de reforma tributária estão em tramitação no Congresso Nacional e ambas sugerem a criação de um imposto seletivo, voltado a produtos como cigarro e bebidas alcoólicas.

"Há uma discussão sobre se o imposto seletivo será regulatório ou arrecadatório. Nossa preocupação é que, se a modulação dessa alíquota não for muito bem-feita, o governo aumente a tributação, que já passou, há muito tempo, do ponto ótimo de tri-

Continuação: Bebidas ilegais são 14,6%

butação, no caso dos destilados", disse. "Nosso desafio é dialogar com o governo e identificar o que pode ser feito para que esse número passe a ser efetivamente arrecadado pelos cofres públicos", completou Silva.

## Cachaça

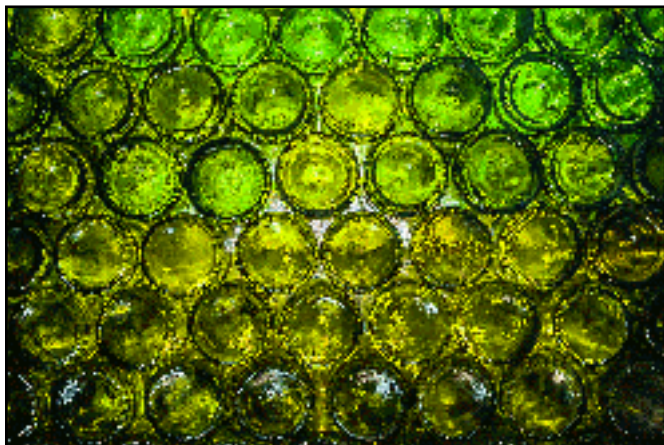
Das categorias de bebidas destiladas, a cachaça tem o maior mercado ilegal. Dos 632 milhões de litros da bebida produzidos anualmente, 112 milhões são ilícitos. Além disso, quase 88% do total de produtores do líquido atuam sem registro no Ministério da Agricultura: dos 11.023 contabilizados pelo Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, apenas 1.394 estavam cadastrados na pasta.

Isso, segundo Silva, pode dificultar o processo de reconhecimento da cachaça como **indicação** geográfica e produto distintivo do Brasil. "Esse é o desafio que temos hoje: proteger a denominação da cachaça em mercados internacionais, para que outros países não a utilizem de forma indevida. Temos que lembrar que a cachaça é uma denominação só nossa", disse.

No combate à ilegalidade, Silva pede ajuda dos consumidores e elenca algumas dicas. "O primeiro indício é o preço. Se tem diferença muito grande em relação a outro estabelecimento, pode desconfiar. Em segundo lugar, é a falta de informações sobre a empresa, o registro no Ministério da Agricultura e dados de endereço e telefone."

## A cada cinco vodcas vendidas no Brasil, uma é falsificada, diz estudo

ECONOMIA



País deixou de arrecadar R\$ 10 bi com álcool clandestino. Mercado ilegal movimentou 112 milhões de litros de cachaça em 2017

Bebidas: estudo foi realizado pela consultoria Euromonitor International (Philippe Marion/Getty Images)

Brasília - O mercado ilegal de **bebidas** alcoólicas movimentou 112 milhões de litros de cachaça em 2017. A cada cinco garrafas de vodka, uma é falsificada. Uma a cada quatro garrafas de uísque não é regularizada. Os dados fazem parte de um estudo divulgado nesta segunda-feira pelo Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac) sobre o impacto da clandestinidade no setor.

De acordo com o levantamento, a comercialização de produtos ilegais fez com que o Brasil deixasse de arrecadar R\$ 10 bilhões em impostos em 2017, último ano com dados disponíveis. O valor seria suficiente para pagar salários de 83 mil enfermeiras ou construir mais de 5,2 mil escolas, estimam os autores da pesquisa. O estudo foi realizado pela consultoria Euromonitor International, a pedido de quatro empresas do setor.

Na avaliação do diretor-executivo do Ibrac, Carlos

Lima, a ilegalidade no setor tem relação com a alta carga tributária no setor, que chega a 60% - quase o dobro da média nacional, hoje em 34%. A entidade contratou o estudo para sensibilizar o governo e a sociedade num momento em que o Congresso discute uma reforma tributária. As duas propostas em discussão hoje preveem a criação de um imposto seletivo, voltado a produtos como cigarro e bebidas alcoólicas. O temor do Ibrac é que isso se traduza em aumento da carga e, conseqüentemente, em mais sonegação.

A principal preocupação é em relação ao Imposto Seletivo. Há uma discussão se o IS será regulatório ou arrecadatório, afirma Lima. Nossa preocupação é que, se a modulação dessa alíquota não for muito bem feita, o governo possa aumentar a tributação. A tributação de destilados no Brasil já passou há muito tempo do ponto ótimo de tributação.

O estudo estimou que o mercado geral de bebidas no Brasil representa 1,1 bilhão de litros de álcool puro - uma métrica que leva em consideração o teor alcoólico dos produtos pesquisados. Desse total, 14,6% é de bebidas ilícitas, considerando **falsificação**, sonegação, contrabando e produção ilegal.

Só na produção de cachaça, o número de agentes ilegais chega a 11.023, cerca de 85% do total de produtores do produto no país. São esses os responsáveis pelas 112 milhões de litros do produto. Segundo Lima, com tanta bebida ilegal no mercado, o consumidor deve ficar atento para evitar comprar produtos ilegais.

Continuação: A cada cinco vodcas vendidas no Brasil, uma é falsificada, diz estudo

Primeiro, buscar no rótulo as informações sobre o produto, tentar entender a procedência. Qual é a questão do preço, o local. Às vezes você acha que vai encontrar determinada de uísque por um preço ou num lugar que não necessariamente aquele preço teria, pondera.

Por Agência O Globo

## 6. Promulgada lei que garante recursos para pesquisa de remédios contra doenças raras

Pesquisas sobre doenças raras vão receber 30% do valor da Cide destinado ao Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde

Foi publicada nessa quarta-feira (11) a Lei 13.930/19, que reserva pelo menos 30% dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa da Saúde para a pesquisa de medicamentos, vacinas e terapias para doenças raras ou negligenciadas pela indústria farmacêutica.

A norma é oriunda do Projeto de Lei 6566/13, do Senado, aprovado pela Câmara dos Deputados em julho. O texto foi vetado, integralmente, pelo presidente da República em outubro, mas, no fim de novembro, deputados e senadores derrubaram o veto, retomando a regra aprovada pelo Congresso.

O governo argumentava que, apesar de meritória, a proposta poderia "comprometer o fundo e o financiamento e o pagamento de projetos e pesquisas em andamento".

Raras x negligenciadas

Doenças raras são aquelas com baixíssima incidência na população: afetam até 65 pessoas em cada grupo de 100 mil indivíduos.

Já as doenças negligenciadas são aquelas causadas por agentes infecciosos ou parasitas que atingem principalmente populações de baixa renda, como a leishmaniose e a doença de Chagas.

O texto altera a Lei 10.332/01, que instituiu programas de incentivo à pesquisa no País. De acordo com essa lei, o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde recebe 17,5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre valores envolvidos no pagamento de royalties de **transferência** de tecnologias, exploração de patentes e marcas e afins.

Com a nova lei, 30% desse recurso será destinado a pesquisas de remédios para doenças raras.

Agência Câmara de Notícias

## Índice remissivo de assuntos

**Pirataria**

3, 5

**Denominação de Origem**

3

**Inovação**

7